

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2008

-----Aos catorze dias do mês de Novembro de dois mil e oito, pelas vinte horas e dez minutos, no **Edifício da Assembleia Municipal**, sito no **Solar dos Gorjões**, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Contratação de Empréstimo no valor de € 1 750 000.00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil euros), destinado ao financiamento de obras;**-----

-----**2. Empréstimo Nº 9015/002248/787/0019 – Aquisição de terrenos na várzea de Porto de Mós e na Zona Industrial de Porto de Mós;**-----

-----**3. Autorizar o Município a integrar a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e aprovar os respectivos Estatutos;**-----

-----**4. Eleição de cinco elementos para constituir a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Antes de iniciar a chamada, o senhor Presidente da Assembleia, pediu ao membro desta Assembleia, José Jorge Couto Vala que passasse a secretariar a mesa, em virtude de o 2º Secretário ter pedido a suspensão do mandato por 30 dias.-----

-----Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (P.S.- Pediu a suspensão do mandato por 30 dias); Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga/PSD – Faltou Justificada), Célia Cristina Almeida e Sousa (P.S. – Pediu a suspensão do mandato por 30 dias), João Pedro da Silva Pinheiro (PSD - Faltou Injustificada), Jorge Manuel dos Santos Pereira (Pediu a suspensão por 30 dias – PSD); Nuno Manuel Cordeiro Santos (Pediu a suspensão do mandato por 30 dias – PS).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieira Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os eleitos pelo Partido Socialista, presentes na sala, Bruno José Anastácio Santo, portador do Bilhete de Identidade nº 11573336, emitido em 12.11.2004, por Leiria e NIF 222 958 472, Paulo Jorge Catalina da Cruz, portador do Bilhete de Identidade nº 11359561, emitido em 18.05.2006, por Leiria e NIF 219 419 418 e José Manuel Ferreira da Silva portador do Bilhete de Identidade nº 4457527, emitido em 07.11.2007, por Leiria e NIF 160 120 900, a fim de verificar a sua legitimidade e assumirem funções em substituição respectivamente de António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa, Célia Cristina Almeida e Costa e Nuno Manuel Cordeiro Santos. Chamou ainda em substituição de Jorge Manuel dos Santos Pereira eleito pelo Partido Social Democrata, Saul Manuel Rodrigues Saraiva dos Santos portador do Bilhete de Identidade nº 7041787, emitido em 07.08.2003, por Leiria e NIF 178 415 .-----

-----**2. PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**2.1. Contratação de Empréstimo no valor de € 1 750 000.00 (um milhão e setecentos e**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinquenta mil euros), destinado ao financiamento de obras;-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal entrando na ordem de trabalhos, deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara tendo este passado a justificar a pertinência desta sessão extraordinária com a urgência nas aprovações dos pontos da presente ordem de trabalhos -

-----Quanto ao presente ponto da ordem de trabalhos, referiu que o fundamento do empréstimo constam da documentação que foi oportunamente distribuída pelos membros da Assembleia, e que foi submetida á aprovação em reunião de Câmara, e que a seguir se passa a transcrever, acrescentando ainda que se irá proceder á distribuição de um mapa, documento interno de trabalho, que procurará um mais completo esclarecimento da situação:-----

PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE LONGO PRAZO-----

VALOR: 1.750.000,00 €-----

-----O Executivo Municipal em finais de 2007 propôs e viu aprovado na Assembleia Municipal o Orçamento e o Plano de Actividades para o corrente ano de 2008.-----

-----Nesses importantes documentos de gestão e planeamento encontram-se inscritas, entre outras, as grandes obras a executar pelo Município.-----

-----Algumas dessas obras foram consideradas prioritárias para o Município de Porto de Mós e, nesse quadro, constam do mapa de "Contratualização - Projectos Prioritários" que a Associação de Municípios do Pinhal Litoral – AMPL, apresentou na CCDR de Coimbra, no âmbito do Programa "QREN", em 28.08.2008.-----

-----O presente pedido de empréstimo de 1.750.000,00 €, de longo prazo – 20 anos, encontra justificação nos seguintes fundamentos:-----

-----1. Destina-se a financiar parte de 4 (quatro) das grandes obras na área da indústria, do saneamento, do ambiente e da cultura. O investimento previsto é de 6.200.000,00 € e as obras estão incluídas na candidatura ao Programa QREN 2007 / 2013.-----

-----2. Esta operação de investimento incluirá as seguintes componentes de capital: cerca de 50% FEDER; 28,2% empréstimo bancário e 21,8% de capital próprio.-----

-----3. O empréstimo terá uma aplicação total em obras de infra-estruturas básicas de grande impacto no desenvolvimento integrado e sustentado que pretendemos para o Concelho. -----

-----4. O projecto, planeamento e realização destas obras mostra-se urgente e necessário para que o Município possa beneficiar do apoio previsto no QREN, sem o qual estes investimentos não serão possíveis no Concelho.-----

-----5. Esta proposta surge antecipada, devido ao significativo atraso verificado na implementação das medidas e restante tramitação previstas no Programa QREN e à necessidade de dar resposta atempada aos compromissos assumidos relativamente a obras em curso, adjudicadas e / ou em fase de concurso.-----

-----6. O prazo proposto parece-nos ajustado pela natureza do investimento que é, todo ele, aplicado em infra-estruturas de carácter duradouro, com vida útil esperada superior a 20 anos. -----

-----O montante deste empréstimo respeita os limites de endividamento do Município, registando-se à data de 31.07.2008 uma significativa margem de conforto, face aos limites legais impostos pela Lei das Finanças Locais em vigor. -----

-----Proponho, assim, que o Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 04.09.2008, aprove o presente pedido de empréstimo e que, para o mesmo, seja, posteriormente, solicitada a competente autorização à Assembleia Municipal. -----

-----Porto de Mós, 29 de Agosto de 2008. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, (João Salgueiro).-----

-----Referiu depois que este empréstimo surge um pouco antecipadamente ao timing em que tinha pensado em o sugerir, tendo passado a explicar as razões dessa antecipação, que se prendem com o facto de ter constatado numa reunião na CCDR-C, que havia uma grande certeza acerca da aprovação das grandes obras que já faziam parte do anteprojecto de candidatura mas também de que os apoios do QREN surgiriam mais tarde do que estava previsto pelo que, estando já em curso a obra da Casa da Cultura de Mira de Aire há a necessidade providenciar fontes de financiamento para os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encargos que já estão a decorrer e àqueles que deverão ser assumidos, reputando-os de enorme interesse municipal. Acrescentou ainda que, atendendo à necessidade de Visto do Tribunal de Contas e ao tempo que isso demorará, o empréstimo só deverá estar disponível em Março ou Abril do próximo ano. -----

-----Disse ainda que a viabilização deste empréstimo é fundamental para o desenvolvimento futuro do concelho. Referiu que das oito obras indicadas no mapa distribuído – **Requalificação da Central Termoelétrica, Ecopista; Requalificação das margens do Lena; Centro de Actividades Empresariais; Casa da Cultura de Mira de Aire; Jardim Parque da Vila (1ª Fase); Parque Industrial de Porto de Mós – 3ª fase (Infra-Estruturas) e Saneamento 1ª Fase e Abastecimento de Água a Mira de Aire** – este empréstimo se destina apenas às quatro últimas, financiando apenas cerca de 27% do custo previsto. Disse ainda que o empréstimo se destina a essas obras exclusivamente e não a nenhuma outra. No que respeita às quatro primeiras obras enunciadas, elas far-se-ão, provavelmente, com apoio externo, dado que conhecendo a capacidade que a Câmara tem de gerar receitas, para que sejam realizadas no período QREN, terá que se recorrer a novo empréstimo, se existir capacidade de endividamento como hoje existe. Quanto ao prazo previsto para o pagamento do empréstimo, disse que lhe parece que é adequado, porque se tratam de quatro obras infra-estruturais. -----

-----Terminou dizendo, que pode iniciar-se hoje uma grande caminhada, para se poder ver o concelho dotado de infra-estruturas que vão desde o ambiente, à cultura, à água, ao saneamento e ao desenvolvimento industrial e que pareceram ao executivo altamente prioritárias e merecedoras de todo o empenhamento. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra, referiu que existem dois pormenores que gostaria de salientar. Pegando nas palavras do senhor Vice-presidente, disse tratar-se de obras de interesse para o concelho, e que são projectos que surgiram na sequência de um trabalho que já vinha sendo efectuado no mandato anterior, um plano de acção estratégico que vinha a ser desenvolvido pelo concelho de Porto de Mós no âmbito da AMLEI. Chamou ainda a atenção para a relevância para o concelho, das obras que estão em causa, dizendo que o município só por si não gera verbas para fazer face a encargos desta envergadura apelando no sentido de que os membros da Assembleia ponham os interesses do concelho acima dos interesses partidários. -----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal/PSD):** Concordou com o facto de se fazer este empréstimo para se poderem aproveitar os fundos comunitários. Fez ainda referência ao facto de o QREN ser o último apoio financeiro concedido pela União Europeia, perguntando o que é que pode acontecer futuramente, com a aprovação do presente empréstimo, a outros executivos camarários que se confrontarão com a questão de não terem mais apoios vindos da Comunidade Europeia, o que é que se poderá criar em termos de dificuldades financeiras para o futuro, a outros executivos camarários. -----

-----**Vitor Louro Cordeiro (P.S.):** Usou da palavra para dizer que apoiava o pedido de empréstimo, dizendo que não comungava daquilo que se tem vindo a dizer, inclusivamente em jornais, de que, ao aprovar-se mais este empréstimo se está a comprometer o futuro dos nossos filhos e que pelo contrário, se não se aprovar o empréstimo, aí sim, se estará a comprometer o futuro, porque se não se conseguirem fazer agora estas obras estruturais para o concelho, com apoios, elas não serão exequíveis financeiramente no futuro. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):** Concordou com a necessidade do empréstimo, por forma a que a Câmara Municipal possa usufruir dos apoios concedidos pelo QREN. Perguntou depois para quando está previsto o início das obras que ainda não estão começadas, como é o caso da Casa da Cultura em Mira de Aire, e para quando o seu término. Manifestou depois o seu desagrado por a Central Termoelétrica não fazer parte do grupo das obras prioritárias, pondo em causa o critério de selecção dessas obras. -----

-----**Manuel Paulo Mena (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):** Usando da palavra, referiu as necessidades que a sua freguesia sente ao nível de abastecimento de água, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento que é inexistente, de acessibilidades, sendo que a principal estrada da freguesia precisaria de intervenção, entre outras, reputando-as de essenciais e prioritárias para as populações que lá residem, não sendo no entanto contempladas. -----

-----**António Pereira Carvalho (PS)**: Usando da palavra, e referindo-se ao empréstimo, disse que o trabalho do executivo está feito, competindo agora aos membros da assembleia a aprovação do mesmo com vista ao financiamento de ¼ daquelas obras que já foram candidatas a fundos comunitários. Concluindo, disse tratar-se de uma oportunidade única que não se pode perder, referindo que na vida empresarial, apenas se mantêm e sobrevivem as empresas que melhor souberem aproveitar as oportunidades que lhe apareçam. Aqui também não se poderá perder a oportunidade pelo que votará a favor da contracção do empréstimo. -----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD)**: Começou por dizer que fazia suas as palavras de Antonieta Mariano no que se refere à Central Termoeléctrica, bem como ao saneamento de Mira de Aire cuja verba prevista é muito pequena. Lamentou que em pleno século XXI uma vila como Mira de Aire e com as características do solo como possui esteja nas condições em que está, ao nível do saneamento básico. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**: Teceu algumas considerações às obras que vão beneficiar do empréstimo que está para aprovação, referindo-se à necessidade de execução do saneamento básico de Mira de Aire e dizendo que a Câmara está mais uma vez de parabéns, por investir neste tipo de infra-estruturas. -----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**: Usando da palavra perguntou se foi uma opção do executivo, começar pelas obras que se estão a discutir aqui hoje – Casa da Cultura de Mira de Aire, Parque Verde da vila, Parque Industrial de Porto de Mós e Saneamento básico de Mira de Aire. Disse concordar com Antonieta Mariano, questionando o executivo, quando é que estarão contratualizadas estas obras, bem como a previsão para o seu início e o seu término. Dentro das quatro obras pelas quais o executivo optou, referiu-se ao saneamento e abastecimento de água a Mira de Aire, dizendo que há muito que deveria estar feito e que mereceria uma verba muito superior à que lhe está aqui destinada fazendo a análise comparativa relativamente à verba que está destinada à Casa da Cultura de Mira de Aire, que embora importante, se deveria dar primazia à execução de obras destinadas a suprir necessidades primárias das populações tais como as redes de saneamento básico e de abastecimento de água, não só à freguesia de Mira de Aire, mas de todo o concelho. Terminou referindo que assim sendo, não iria votar favoravelmente a proposta de empréstimo. -----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD)**: -----

-----Referiu que o Estado, quando cria programas de incentivo, de apoio, e quando estão em causa fundos perdidos as entidades devem recorrer a eles, pelo que a Câmara Municipal de Porto de Mós, fez muito bem em apresentar a sua candidatura. -----

-----Tratando-se de um programa de grande dimensão, e não sendo o financiamento feito de forma integral, obriga a que a Câmara tenha capitais próprios, tendo esta que recorrer ao endividamento. Referiu-se ainda ao facto de o senhor Vice-Presidente ter afirmado que a Câmara ainda assim, ficaria aquém do seu limite de endividamento, dizendo que essa é uma tese que não colhe, porque quanto mais se deve mais se tem que pagar. Assim e porque se tratam de valores bastante grandes, este será um projecto que irá alterar substancialmente a vida do concelho no futuro, não ficando os executivos vindouros, com muita margem de manobra, porque terão que cumprir os compromissos agora assumidos. Acrescentou ainda que por se tratar de um programa que irá mexer com o concelho, o executivo não deveria ter assumido sozinho as obras que aqui vem apresentar, devendo auscultar opiniões, nomeadamente das forças políticas com representatividade no concelho. Para terminar disse que não está em causa o programa, nem está em causa a candidatura, podendo pôr-se em causa, sim, as obras que o compõem. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** - Usando da palavra referiu que o problema não é o empréstimo, uma vez que existem condições para que ele se efectue mas sim perguntar se daqui a alguns anos o concelho na sua globalidade, irá estar mais desenvolvido com as obras que aqui foram elencadas e que são a opção do executivo. Terminando que o passado já provou que não é fazendo obras avulsas ainda que sejam importantes em si, que o concelho se desenvolve de forma sustentável. -----

-----**Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):** Usando da palavra, referiu que iria votar favoravelmente o pedido de empréstimo. Disse ainda, aproveitar para recordar a todos os membros da Assembleia Municipal, que há cerca de vinte anos que é prometida pelos diversos executivos a construção do Cine-Teatro de Mira de Aire, chamada agora Casa da Cultura. Referiu ainda que Mira de Aire tinha um Cine-Teatro feito pela população e pelo executivo da Junta de Freguesia, há cerca de cinquenta anos. Esse equipamento, que sempre foi muito utilizado pelos mirenses foi-se degradando até ruir. Acrescentou ainda que neste caso, aqui o que está em questão é a Casa da Cultura de Mira de Aire, lembrando que neste momento Mira de Aire atravessa tempos difíceis, sendo, do concelho, uma das freguesias que mais se ressentiu, mas que também houve tempos que Mira de Aire foi uma das freguesias que mais contribuiu para o desenvolvimento do concelho de Porto de Mós. Apelou depois à consciência de todos os membros da Assembleia Municipal, porque a população de Mira de Aire, não tem saneamento mas tem água que abastece parte do concelho, sendo que essas estruturas foram executadas pelos industriais de Mira de Aire em tempos áureos. Continuou dando os parabéns ao executivo camarário, por, ao fim de muitos anos, avançar com o saneamento daquela vila, que ainda continua a ser a mais populosa do nosso concelho, tendo zero de saneamento com os riscos que isso significa para o ambiente e para a saúde pública.-----

-----Quanto às opções tomadas pelo executivo, disse que, este foi eleito e mandatado pelo povo para exactamente fazer as opções que considere mais justas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para responder aos anteriores intervenientes, referindo quanto a João Manuel Rodrigues Coelho, que efectivamente o QREN será o ultimo apoio para a região centro, em termos de Quadro Comunitário. Respondendo se não se estará a comprometer executivos futuros, disse que se o empréstimo não for aprovado se comprometerá o desenvolvimento do concelho, porque no futuro não haverá mais dinheiro nestes termos. Esclareceu ainda que em 2013, Portugal terá que ter no que toca a redes de saneamento, uma cobertura de 85% a 90% e quanto a abastecimento de água entre 90% a 95%, acrescentando que Porto de Mós, em termos de população efectivamente servida, tem 27% (casas ligadas) embora a rede contemple cerca de 40%, tendo estes rácios que ser cumpridos até aquela data.-----

-----Respondendo a **Antonieta Mariano e Olga Silvestre**, referiu que o Quadro Comunitário de Apoio, tem vários eixos, e quando Porto de Mós aqui incluiu a Requalificação da Margem do Lena e a Ecopista, esta ultima foi quase obrigado a colocá-la ali porque isso resultou de um plano estratégico que já veio do anterior executivo esclarecendo que somos obrigados no âmbito da Associação de Municípios, pelo menos a uma obra de cada um dos eixos, pelo que, pelo ambiente aparece a Ecopista e pela cultura aparece a Casa da Cultura de Mira de Aire. -----

-----Quanto à Casa da Cultura referiu que houve a oportunidade de a incluir porque no âmbito da cultura era financiável, estando já em curso. Referiu ainda que outra das obras que está em condições de avançar é a rede de saneamento a Mira de Aire. -----

-----A **Manuel Paulo Mena**, respondeu que o projecto para execução do abastecimento de água a Penedos Belos, está em fase de conclusão, porque por via de alterações legislativas, houve a necessidade de se adaptar esse projecto que estava praticamente concluído. Referiu ainda que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se tem feito alguns alcatroamentos em colaboração com a Junta de Freguesia e que estão previstos mais alguns. -----

-----Referiu que as verbas deverão estar disponíveis para a Casa da Cultura, em Abril/Maio. Fez depois menção à contratualização dizendo que esta será efectuada para os cinco municípios, em Dezembro próximo.-----

-----Quanto ao saneamento de Mira de Aire, disse que **Carlos Alberto Gomes Jorge** tem razão devendo aquele ser executado por fases, porque senão a Câmara teria que ter disponíveis e cabimentados todo o valor da obra ou seja, dez milhões de euros. Disse ainda que esta fase que entrará em execução deve ser uma das mais importantes para Mira de Aire, porque abrange toda a parte onde se localizam as indústrias. -----

-----A **Olga Silvestre**, acerca das opções tomadas pelo executivo, respondeu que estas foram definidas pelo quadro estratégico da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral. -----

-----Disse ainda que o saneamento não é apenas para executar em Mira de Aire, passando a elencar todos os locais onde este será feito. -----

-----A **Luís Almeida** respondeu que não considerava estar a comprometer a acção dos executivos, futuros, mas sim a facilitar-lhe a vida porque as obras estarão em curso e cabimentadas.-----

-----Quanto às opções tomadas, disse que o executivo foi eleito para isso mesmo e que tem vindo a dialogar com todos os vereadores que constituem a Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto um da ordem de trabalhos – **Contratação de Empréstimo no valor de € 1 750 000.00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil euros), destinado ao financiamento de obras** – posto a votação, estando presentes na sala **trinta e dois (32) votantes, votaram a favor, vinte e um (21), abstiveram-se dez (10) e votaram contra, um (1)**, pelo que foi **aprovado por maioria absoluta**. -----

-----**2.2. Empréstimo Nº 9015/002248/787/0019 – Aquisição de terrenos na várzea de Porto de Mós e na Zona Industrial de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, referiu que este ponto trata não de um novo empréstimo mas sim de um pedido de renovação de um empréstimo já concedido e já aprovado por esta Assembleia Municipal, e que tem a ver com a aquisição de terrenos na Várzea de Porto de Mós e na Zona Industrial de Porto de Mós. Continuou dizendo que, na sequência dos atrasos verificados nas negociações com os proprietários dos terrenos e prevendo-se o início de um processo de expropriação que se espera ser moroso, foi solicitado à Caixa Geral de Depósitos a prorrogação do período de utilização e diferimento do respectivo empréstimo, tendo o mesmo sido autorizado pela instituição bancária acima referida, a prorrogação do período de utilização por mais 12 meses, até 29.08.2009, mantendo-se inalterado o prazo global da operação. Assim, terminou, o que se está a pedir à Assembleia Municipal é que aprove esta prorrogação do período de utilização do empréstimo, com vista a enviar o processo para Tribunal de Contas.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** Referindo-se a este ponto, disse que era pacífico, acrescentando no entanto que, o ponto anterior foi a aprovação de um empréstimo quando ainda não se utilizou todo o valor deste, que agora está em discussão.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):** Concordou que se tratava de um assunto pacífico, aproveitando para perguntar quantos postos de trabalho, é que o conjunto de empresas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instaladas no Parque Industrial vão criar. Perguntou ainda ao senhor residente da Câmara, porque é que o plano estratégico que está no *site* do Pinhal Litoral não está também no *site* da Câmara, dizendo que este contém muito pouca informação, estando a maior parte dela completamente desactualizada.

-----O senhor Presidente da Câmara, respondendo a **António Pires** referiu que este estava confundir as coisas esclarecendo que o projecto para o arruamento já está aprovado com o parecer positivo de todas as entidades competentes, mas que não é possível avançar com as obras antes de se adquirirem os terrenos necessários dizendo acreditar que se terá que avançar para a expropriação.

-----Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Empréstimo N.º 9015/002248/787/0019 – Aquisição de terrenos na várzea de Porto de Mós e na Zona Industrial de Porto de Mós** – posto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção**.

-----**2.3 Autorizar o Município a integrar a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e aprovar os respectivos Estatutos:**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a informar a Assembleia de que por imperativo legal, da Lei n.º 45/2008, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, a AMPL vai ser convertida numa Comunidade Intermunicipal – CIM, de direito público, denominada de Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, composta pelos municípios da NUT III do Pinhal Litoral, sendo transferidos o património, direitos e obrigações, nos termos do artigo 38.º da Lei 45/2008 e da Comunicação n.º 2208 de 8 de Outubro de 2008 da Secretaria de Estado Adjunto e da Administração Local, pedindo a aprovação dos respectivos estatutos.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** Usando da palavra, e na qualidade de membro eleito para a assembleia da AMLEI, referiu-se ao facto de ter recebido uma convocatória para uma sessão em que se procederia à alteração da Associação, considerando ser uma necessidade face às circunstâncias

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (PP):** Usou da palavra e dando os parabéns ao Município por ter aderido a esta Associação disse que se outra garantia não houvesse para que isto resultasse, bastavam estar lá também os concelhos da Batalha e de Pombal.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** De posse da palavra, aproveitou o ensejo para fazer um pequeno comentário ainda ao ponto anterior, dizendo ao senhor Presidente da Câmara que a Assembleia não tem nenhum problema em pensar as coisas, o problema é quando as coisas chegam à Assembleia pensadas por três ou quatro pessoas e lhes é dito que ou votam ou são irresponsáveis, dizendo não concordar.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a **António Pires** que se disse que alguns dos deputados que foram eleitos para a AMLEI, a grande maioria das vezes não compareceram, acrescentando que quando as pessoas se disponibilizam para fazer parte de listas e são eleitas, devem cumprir as suas responsabilidades.

-----Não havendo mais intervenções, foi presente ponto da ordem de trabalhos – **Autorizar o Município a integrar a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e aprovar os respectivos Estatutos** – posto a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**2.4 - Eleição de cinco elementos para constituir a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que a mesa tinha recebido uma proposta que passou a ler:-----

-----PROPOSTA-----

-----O Grupo dos Eleitos do PSD, PS e CDS/PP, vem propor os seguintes representantes para constituírem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, nos termos do nº 11 da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto:-----

António Manuel de Sousa Pires;-----

António José de Meneses Teixeira;-----

António Pedroso;-----

António Carvalho;-----

Antonieta Mariano.-----

Porto de Mós, 14 de Novembro de 2008. (Assinaturas).-----

Depois o senhor Presidente da Assembleia, não tendo este ponto discussão, deu a palavra aos elementos propostos que intervindo, garantiram a sua assiduidade às sessões da Assembleia da CIMPL.-----

-----Procedeu-se depois à votação por escrutínio secreto, tendo o senhor Presidente da Assembleia feito a chamada dos membros da Assembleia e não tendo votado os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Passando-se ao apuramento, verificou-se que houve **dezasseite (17) votantes**, com **dezasseis (16) votos a favor e um (1) voto em branco**, pelo que foi a lista proposta **aprovada por maioria**.-----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que estas deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos das minutas das deliberações **1. Contratação de Empréstimo no valor de € 1 750 000.00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil euros), destinado ao financiamento de obras; 2. Empréstimo N.º 9015/002248/787/0019 – Aquisição de terrenos na várzea de Porto de Mós e na Zona Industrial de Porto de Mós; 3. Autorizar o Município a integrar a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e aprovar os respectivos Estatutos; 4. Eleição de cinco elementos para constituir a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral**, tendo esta sido submetida a votação e aprovada por unanimidade.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.00 horas do dia 14 de Novembro e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

